

DIREITA E ESQUERDA POLÍTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Wilson da Silva Santos¹

Os últimos trinta anos no Brasil e na Europa foram marcados por um processo de fermentação político-cultural cujas lutas sociais se encontram encerradas num cenário “elástico” que favorece um conjunto de bandeiras reivindicatórias, porém não suficientemente orgânicas para chegar a rupturas de práticas e funções econômicas hegemônicas da burguesia financeira, oligárquica, conservadora e tradicional. Os impulsos e as explosões que aglutinaram essas bandeiras de renovação tentaram captar os diversos sentidos de força progressista para atender às necessidades candentes presentes em vários países. No entanto, parece que a simbiose dessas forças progressistas se mostrou, e ainda se mostra, dispersa e insuficiente ante os problemas emergentes e estruturais que, no caso o Brasil, se apresentam, mantendo-se no “nível da pequena política”, termo destacado por Gramsci quando se referiu ao livro de Raffaele Ciasca sobre *Le origini del programma nazionale* (GRAMSCI, 1999, p. 428).

No Brasil, o desenvolvimento histórico do Estado republicano deu-se não somente de acordo com a função produtiva das classes sociais (burguesia e proletariado, em sua acepção clássica inglesa e francesa), pois este Estado foi forjado por uma dinâmica econômica na qual o seu sistema de produção leva em consideração práticas parasitárias rentistas do patrimonialismo fisiológico. Tal fenômeno patrimonial só é possível graças às ações das frações de classe dominante que buscam a sua unidade conciliatória política e econômica. Essas alianças das frações burguesas não estão imunes de conflitos de interesse. Ao contrário, a afirmação do poder econômico e político pode colocá-las em rota de colisão, mesmo não maculando um programa básico de nação.

Dito isso, a trama das forças organizacionais políticas de direita e de esquerda, como os partidos e os diversos movimentos sociais e populares, é determinada pelas forças produtivas e pelas relações de produção, mas também é determinante delas. Mais do que isso, o complexo da correlação de força entre as classes sociais antagônicas de um país como o Brasil é abalizado pela posição político-ideológica, seja cultural,

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp.

econômica, religiosa, de raça e de gênero. Cabe destacar que nessa divisão direita-esquerda está um emaranhado de termos que tem morfologia e semântica específicas, tais como: autoritários e libertários; progressistas e reacionários; reformistas, contrarreformistas e revolucionários; liberais sociais e liberais conservadores; social-democracia, socialismo e comunismo, etc. Esse conjunto dicotômico não se encerra em sentidos rígidos e fixos. Faz-se importante, portanto, estudá-lo de acordo com sua evolução histórica e, em consonância a esta investigação, indagar o quanto um mesmo movimento ou partido político posiciona-se de esquerda ou de direita em períodos históricos distintos.² Fato mais notório são os governos de esquerda nas últimas três décadas, que implementaram políticas neoliberais em vários países, praticando esse receituário econômico e político de maneira mais extrema e “eficiente” do que o liberalismo conservador. Eram socialistas com matizes neoliberais.

Com essa pequena introdução, não é possível pensar direita e esquerda política sem esboçar o Estado brasileiro republicano para refletir os seus últimos acontecimentos, por mais que esse esboço seja frágil em suas possíveis lacunas analíticas historiográficas.

A perspectiva liberal de direita conservadora, sob o traço oligárquico financista e da burguesia industrial, vai nortear, já a partir dos anos de 1930, propostas mais sistemáticas para os planos econômicos, sociais e educacionais. É preciso reafirmar que a ideologia liberal que se desenvolve no Brasil se dá de forma diferente de países como, por exemplo, Inglaterra, França e Estados Unidos. Embora o Brasil não tenha passado por um processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo nos padrões

² Em uma passagem bastante conhecida, Gramsci analisa o transformismo como um fenômeno histórico e que foi denominado de revolução –restauração ou revolução passiva, referindo-se à formação do Estado moderno italiano. Este fenômeno é visto por ele da seguinte maneira: “o transformismo como ‘documento histórico real’ da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação). Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma ‘hegemonia’); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (o primeiro episódio é a formação do Partido Nacionalista, com grupos ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina na guerra Líbia, num primeiro momento, e no intervencionismo, num segundo). Entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário – 1890 – 1900 -, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos” (GRAMSCI, 2002, p.286).

européus, determinadas frações de classe no Brasil incorporam alguns princípios liberais, em consonância com as relações de produção capitalista.

Em verdade, em 1836, a luta política gira em torno de dois partidos: o liberal e o conservador (FAORO, 1976). O partido liberal, considerado o mais próximo da propriedade rural, apregoa a descentralização política assentada nos poderes locais. O partido conservador, por outro lado, dialoga com os “arranjos oligárquicos”, que são os comerciantes, os senhores do crédito, os senhores de engenho e os latifundiários. A relação entre os dois partidos impõe uma dinâmica na qual “o poder os embaraça e os confunde: o certo seria dizer que, no poder, nada separa um saquarema de um Luzia³, mas o poder, na verdade, tem outra estrutura, independente do jogo cênico dos partidos em revezamento no ministério” (FAORO, 1976, p. 342). Em outras palavras, o que se constata é o surgimento da República sob o mando dos liberais proprietários de terra, ou seja, o liberalismo terá a marca da oligarquia rural. Livrar-se de um centralismo político é o reclame por liberdade tanto econômica quanto política das elites agrárias conservadoras:

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. O produtor agrícola e o exportador, bem como o comerciante importador, prosperam dentro das coordenadas liberais, favorecidos com a troca internacional sem restrições e a mão-de-obra abundante, sustentada em mercadorias baratas (FAORO, 1976, p. 501).

Não se pode esquecer que falar de liberalismo, no Brasil, é situar a política do fisiologismo como tentativa de conciliação econômica, pois entender a atuação dos partidos de direita na sociedade política e na sociedade civil só é possível à medida que estudamos a relação de favores entre o poder municipal, o poder estadual e o poder federal.

Diante disso, oligarquia e liberalismo conservador não são elementos estruturais polarizados ou antagônicos; estabelecer essa oposição é deixar de lado a intervenção dos movimentos de direita no intuito de propor contrarreformas econômicas e sociais. A convergência desses fenômenos dentro do espectro da direita conservadora e financeira está sustentada na defesa do sistema capitalista, que se gera em torno do alargamento de

³ Menção ao refrão do visconde de Albuquerque.

sua participação política excludente, mantendo-se a todo custo como fração de classe hegemônica.

Assim, a arquitetura do Estado brasileiro - da sociedade política - com forte repercussão no aparelho burocrático fez com que o poder executivo federal se fortalecesse cada vez mais, e a tentativa de consolidar o modo de produção capitalista com base industrial rentista se tornou o eixo propulsor para o desenvolvimento conservador e desigual e, ao mesmo tempo, de espoliação desse Estado. Esse quadro mostra, a partir da década de 1950, a modernização da economia o que se poderia denominar de exclusão da “base”, isto é, da “camada que se convencionou chamar de povo, parcela alheia aos favores do mando” (FAORO, 1976, p. 542). Esse Estado assume um viés ideológico de direita, que o leva a uma transformação do político em administrativo, caracterizando-se, por conseguinte, como aparelho “neuro” e tecnoburocrático. Daí que a presença de *expertise* da economia no Estado brasileiro significou a busca de um “Estado administrativo” em que a forma de intervenção implicasse uma despolitização da sociedade civil, ou, em outros termos, uma “marginalização” da parcela alheia aos favores do mando, utilizando, para isso, os mecanismos do apoliticismo, da meritocracia e do tecnicismo.

No texto “Um olhar sobre a reforma do Estado brasileiro nos anos de 1990”, destaquei que o Brasil, no processo de transição de 1980 para 1990, especificamente nos governos FHC, sofreu, com a direção e o domínio dos partidos de direita (PSDB e PFL, este último, hoje, com a sigla DEM), um ataque de contrarreformas institucionais sob forte influência do “pensamento único”, que prescrevia o enxugamento do Estado e a defesa do mercado enquanto determinante e regulador da dinâmica social, econômica e política. A contrarreforma do Estado possuía um conteúdo em que os termos gestão empresarial, privatização e mercado engendraram, de certa forma, o imaginário da sociedade. A justificativa que norteou a necessidade dessa contrarreforma foi abrir o mercado nacional para a economia financeira internacional e provocar, assim, maior competitividade e modernização. Por isso, a urgência da superação de um Estado “hipertrofiado, ineficaz e parasitário”. Para tanto, fez-se necessário ajustar o Estado com uma “reforma” que combinasse três aspectos fundamentais do neoliberalismo: fiscal, financeiro e privatização do patrimônio público. Com a dimensão política partidária exaurida, construída, para a sociedade civil, enquanto a grande representação de corrupção endêmica e, por outro lado, reduzida a balcão de negócios dentro das relações

público e privado, a dinâmica do Estado gerencial foi, naquele momento, o grande mecanismo ideológico a prevalecer no seio societal (SANTOS, 2009).

As intervenções da racionalidade financista de uma *intelligentsia* econômica buscam neutralizar a esfera política. Isso implica um novo rearranjo do Estado, uma ordenação das instituições para atender as exigências de um oligopólio financeiro. O funcionamento do Estado envolve, nesse caso, a estrutura econômico-social – as forças produtivas – e a gestão pública, correspondente à retomada da função racional na política. A gestão, assim, instala-se, ideologicamente, como técnica científica de governo, cujas decisões são balizadas por economistas influenciados e formados em centros como a escola de Chicago (os Chicago Boys) ou economistas advindos de centros financeiros decisivos, como FMI, Banco Mundial e, até mesmo, agências de classificação de risco de crédito, que adotam categorias gerais e abstratas como critério de análise e receituário para qualquer realidade econômica.

Essas colocações coadunam com o tema “ideologia da burguesia do desempenho”, que escamoteia o centralismo e o patrimonialismo fisiológico das frações de classe da direita, configurando-se em formulação e planejamento de contrarreformas políticas, que são executadas pelo orçamento da União, na forma de negociação entre partidos políticos e, do mesmo modo, na forma ultrapartidária.

Nesse cenário, definir a função das esquerdas se torna um desafio hercúleo. As esquerdas brasileiras se veem arrefecidas diante dessa sedimentação paulatina da redefinição do Estado e de ações contrarreformistas. Com isso, a pergunta que se pode fazer é: como as esquerdas, em sua organização sindical, partidária e de movimentos populares, fragilizadas⁴ pelos governos petistas, podem se pautar numa agenda em que um projeto de sociedade e de Estado tenha como premissa a superação de uma pauta assistencialista, corporativa e compensatória? O governo petista colocou-se acima dos interesses dos diversos segmentos de esquerda, cooptando-os, desagregando-os e vinculando alguns de seus setores a forças paternalistas, sobretudo com as políticas públicas de resolução mesquinha: Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida e congêneres. O governo do PT, com sua tese conciliatória, esqueceu-se, talvez, de que as classes sociais são forças expressivas dos partidos (GRAMSCI, 2000, p. 201). A falta de um adensamento entre classes sociais subalternas e partidos de esquerda levou a uma

⁴ O plural do termo representa a complexidade de diferentes vertentes e grupos sociais (Social-Democracia, socialismo, comunismo) que reivindicam aspirações progressistas em duplo movimento: o de reformas e o de rupturas radicais econômicas, sociais e políticas.

fecunda morbidez no desenvolvimento orgânico de um Estado emancipatório: igualdade radical, liberdade, justiça social e distribuição dos bens econômicos com uma nova concepção dos meios de produção. Ao contrário disso, as esquerdas estão absorvidas por uma miséria de vida parlamentar, lidando, no dia-a-dia, com os facciosismos e os choques coercitivos de um governo de formação retrógrada e antirrepublicana. Temos, nesse sentido, ao pensar o Estado-Governo como legado do PT e “remasterizados” pela direita conversadora em foco, como bem expressa Gramsci, “uma força de sem-partido ligada ao Governo por vínculos paternalistas de tipo bonapartista-cesarista’. [...] Assim é preciso analisar [...] o fenômeno parlamentar do transformismo” (GRAMSCI, 2000, p. 201).

As observações gramscianas sobre a estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica nos deixam muitas lições indeléveis, principalmente ao se tratar de relações de força entre esquerda e direita. Segundo o pensador sardo, quando os partidos de esquerda não são mais reconhecidos como expressão social e política por sua classe ou fração de classe, “o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar” (GRAMSCI, 2000, p. 62). Cooptar e não educar politicamente os movimentos populares, não dar-lhes uma formação ético-política e uma direção consciente, isto é, “inserindo-os na política” e nos processos decisórios estratégicos na estrutura socioeconômica, acarreta em implicações negativas e, mormente, nefastas a longo prazo. O que se pode observar é que os movimentos das classes subalternas, sem direção consciente, com seu pensamento “espontâneo”, diluído assistematicamente em pautas reivindicatórias e programáticas “secundárias” de esquerda, é, muitas vezes,

acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado deve-se pôr a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos e, portanto, a torná-los um fator político positivo [...] Os movimentos “espontâneos” dos estratos populares mais amplos tornam possível o advento ao poder da classe subalterna mais avançada em razão do enfraquecimento objetivo do Estado. Este é ainda um exemplo “progressista”, mas no mundo moderno são mais frequentes os exemplos regressivos. (GRAMSCI, 2000, 197).

Essas condições dependem do entendimento, ainda, da relação entre política e moral, pois as concepções de mundo dos grupos de esquerda e de direita são indubitavelmente opostas. Há entre eles diferenças qualitativas irreconciliáveis no âmbito público-político. Essas contradições se traduzem, como foi afirmado, em princípios éticos que resvalam no compromisso de uma igualdade radical dos sujeitos, além do compromisso com uma pauta mais vasta, que histórica e antropologicamente se constituiu, como a defesa dos direitos humanos e cidadania plena e das bandeiras reivindicatórias de gênero, raça e sexualidade. No campo da moral, a relação entre meios e fins para buscar as soluções de novos problemas está mediada pelos interesses de classe que, em sua essência, encontra argumentos e práticas divergentes, como é sabido.

Vázquez, ao tratar da interdependência dos conceitos de política e moral, faz uma distinção entre esquerda e direita a partir de atos e fins referentes ao juízo axiológico. Apesar da extensão da citação, é de grande relevância a significância de sua análise:

Para a política de esquerda, estes fins e valores que a definem são, entre outros [...]: a igualdade, a liberdade, a justiça, a democracia, a solidariedade. Por sua vez, a política de direita se caracteriza pelas limitações e obstáculos que interpõe na realização desses fins, assim como por assumir outros que considera necessários ou valiosos, tais como a desigualdade social, étnica ou sexual, o culto à autoridade e à tradição, e em suas formas extremas totalitárias, autoritárias ou neoliberais: o integrismo religioso, o nacionalismo agressivo ou a idolatria do mercado. Mas para que determinada política possa realizar os fins almejados, isso requer certos meios e seguir a estratégia e as táticas adequadas, sem o que esses fins ficariam desencarnados, em plano ideal. A política, portanto, não só tem um lado axiológico, e nele sua dimensão moral, que é a que até agora temos ressaltado, mas também um lado instrumental que, como tal, é julgado por sua eficácia. Sua caracterização pelos fins ou valores que lhes dão seu sentido de direita ou esquerda (políticas opressivas e discriminatórias, ou emancipatórias e libertadoras), não pode ignorar os meios necessários para sua realização. Assim, pois, uma política avaliada positivamente por seus fins, dado seu necessário aspecto instrumental, não pode prescindir dos meios adequados, já que, sem recorrer a eles, esses não poderiam se materializar. Assim, não só os fins como também os meios necessitam ser justificados, e estes não se justificam simplesmente por sua adequação – enquanto são eficazes – a eles, mas exigem igualmente uma justificação própria, não puramente instrumental. Mesmo sendo eficientes, existem meios que, por sua natureza intrínseca, podem e devem ser desclassificados, independentemente de se adequarem ou não aos fins almejados. Os campos de extermínio nazistas não só funcionavam com eficiência como também se achavam em plena concordância com os fins

destrutivos, racistas, aos quais serviam. O Gulag soviético, por seu turno, não obstante sua eficiência repressiva, estava em contradição com os fins emancipatórios, socialistas, que retórica oficial proclamava (não é por acaso que entre suas vítimas estivessem não apenas a velha guarda bolchevique, mas milhões de comunistas). Se o Gulag, com seu horror e eficiência repressiva, constituía um meio adequado para manter no poder a *nomenklatura*, em um novo sistema de dominação e exploração, era também uma aberração para se construir uma verdadeira sociedade socialista. Assim, pois, o meio em ambos os casos deve ser condenado, quer concorde com o fim racista que se busca (campos de extermínio), quer neguem o fim que se proclama (Gulag soviético), e isto independentemente de que, num e noutro caso, o meio seja eficiente para a política posta em ação (VÁZQUEZ, 2001, p. 190-191).

Portanto, conclui o autor que a imbricação entre fins e meios da política é que caracteriza, outrossim, a esquerda e a direita. O valor insofismável dos fins não transfere para os meios as suas premências “eficazes” e inevitáveis. Pode-se dizer, nessa base analítica, que os governos petistas corromperam os fins e valores defendidos em nome de um pragmatismo neoliberal implementado, apossando-se de estratégias que se degeneraram numa oligarquia cujos pontos fulcrais foram o aparelhamento do Estado com distribuição corrupta de cargos públicos, em acordos ultrapartidários, as contrarreformas e o processo de privatização de estatais fundamentais para o desenvolvimento econômico e social equânime. Trata-se de negar a si mesmo enquanto partido de esquerda. A sua ideologia reveste o princípio da administração “eficiente” heterodoxa para neutralizar e obliterar o conceito de cidadania plena. Em nome da ordem e do pacto de conciliação, o PT negou o seu caráter classista. Não entendeu que a ordem vigente do Estado é eminentemente de direita. Daí que a direção e o domínio da classe subalterna ou da classe burguesa é que vão determinar a prática do direito à cidadania.

Para finalizar este texto síntese, pode-se assim considerar o debate “direita e esquerda na política”:

A palavra “ordem” tem um poder taumatúrgico; a conservação das instituições políticas é conferida em grande parte a este poder. A ordem presente se apresenta com algo harmoniosamente coordenado, estavelmente coordenado; e a multidão dos cidadãos hesita e se atemoriza na incerteza do que uma mudança radical pode trazer. [...] Forma-se na fantasia a imagem de algo violentamente dilacerado; não se vê a possibilidade de uma nova ordem, melhor organizada do que a velha, mais vital do que a velha, porque ao dualismo se contrapõe a unidade, a imobilidade estática da inércia à dinâmica da vida movendo-se para si mesma. Vê-se apenas a laceração violenta, e o

ânimo temeroso detêm-se no medo de perder tudo, de ter diante de si o caos, a desordem inelutável (GRAMSCI, 1917 apud DIAS, 2000, p. 55).

Talvez essa possibilidade de uma nova ordem esteja claudicante de um invólucro político cujo equilíbrio das forças políticas de direita e de esquerda não vislumbra a transformação orgânica das relações sociais e o surgimento de novas forças políticas que tencionam diretamente as instituições oficiais para forjar uma concepção de cidadania plena. O que se presencia é uma postura paralisante que leva à inflexão e ao esvaziamento de uma visão de organização ético-política, ao invés de edificar a intervenção dos movimentos políticos de esquerda tendo como pontos basilares a emancipação e a enunciação de uma hegemonia que delineassem as definições e as afirmações de reformas orgânicas que suplantassem a posição de subordinação das classes trabalhadoras. Que essa seja um dos desafios da esquerda brasileira hoje.

Referências.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b, v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. II Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, v. 5.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1976. Vol. 2.

SANTOS, Wilson da Silva. Um olhar sobre a reforma do estado brasileiro nos anos de 1990. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (Nepaad). Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA-UESB). Vitória da Conquista, ano 4, n. 5/6, jan./dez. 2006. Edições Uesb, 2009.

VÁSQUES, Adolfo Sánchez. Entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.